

**HABEAS CORPUS Nº 562.886 - MG (2020/0043085-1)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : JOAO PEDRO COELHO GONCALVES**  
**ADVOGADO : JOAO PEDRO COELHO GONCALVES - MG191831**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : RAFAEL JUNIO DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

**RAFAEL JUNIO DA SILVA** alega sofrer constrangimento ilegal, em razão de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** nos autos do HC n. 1.0000.20.002049-3/000.

Sustenta a defesa a ausência dos requisitos ensejadores para a decretação da prisão preventiva, em decorrência do flagrante pela suposta prática do crime de tráfico de drogas. Aduz, também, o excesso de prazo para o término da instrução.

Neste *writ*, a defesa pretende a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

A liminar foi indeferida (fls. 68-69).

Prestadas informações (fls. 73-96), o Ministério Público Federal manifestou-se pela concessão da ordem, a fim de que sejam aplicadas medidas cautelares diversas da prisão (fls. 100-105) com extensão dos efeitos da decisão ao corrêu.

**Decido.**

**I. Contextualização**

A prisão em flagrante foi convertida em preventiva nos seguintes termos (fls. 25-27, destaquei):

Na data de ontem o abordaram no veículo de Romeci, vindo de Governador Valadares, tendo sido apreendida uma pedra de cocaína de 100 gramas.  
[...]

Ainda que sem apontamentos nas CACs, o grave crime de tráfico de drogas deve ser firmemente combatido. Para a garantia da instrução criminal, principalmente, apenas acautelar máxima é suficiente para tal mister, pois a verdade deve ser apurada. As circunstâncias evidenciam que há risco de reiteração delituosa, pelo número de partícipes principalmente e **até mesmo fazendo uso de veículo**, sendo então necessário garantir a ordem pública através da cautelar extrema: o carcer ad custodiam.

Ao indeferir o pedido de revogação da preventiva, o Magistrado assim justificou a necessidade da medida extrema (fl. 32, grifei):

[...] Vê-se dos autos que a Polícia Militar vinha recebendo denúncias anônimas do envolvimento do acusado no comércio ilícito de drogas, sendo que, no dia dos fatos, no veículo em que ele estava, **foi apreendida quantidade significativa de crack 100g)- droga altamente nociva. Segundo relato do condutor a droga fracionada renderia cerca de 200 pedras, com valor convencionado de R\$ 50,00 a unidade, a configurar faturamento de cerca de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).** Assim, a meu sentir, tais circunstâncias demonstram a gravidade em concreto da conduta e indicam que o acusado não se trata de pequeno traficante, sendo necessária a manutenção da segregação cautelar do acusado como forma de garantir a ordem pública, ou seja, evitar a reiteração da prática delitiva". Grifos nossos.

Impetrado habeas corpus, a Corte local denegou a ordem, nos seguintes termos (fl. 42):

[...]  
Dessa forma, a decisão acima transcrita encontra-se motivada na garantia da ordem pública, sobretudo considerando as inúmeras denúncias anônimas noticiando a notoriedade da mercancia em face do paciente, corroborado com as informações do policial condutor no sentido de que a droga fracionada renderia cerca de 200 pedras, com valor convencionado de R\$ 50,00 a unidade, a configurar faturamento de cerca R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que, a meu ver, é muito expressivo, especialmente em se tratando da quantidade das substâncias

entorpecentes e do alto poder viciante do crack.

Assim, resta demonstrada a periculosidade concreta do paciente, justificando-se a manutenção de sua prisão cautelar com o fim de assegurar a ordem pública.

[...]

Faço consignar, também, que a mera comprovação de condições pessoais favoráveis, mesmo que demonstrados nos autos, de acordo os documentos de ordem nº 03; 08/9, por si só, não são suficientes para ensejarem a liberdade provisória, tendo em vista a gravidade do delito, a legalidade da prisão.

Nas informações prestadas pelo Juízo de primeiro grau foi noticiado que, em 27/2/2020, já foi recebida a denúncia.

## **II. Prisão preventiva**

A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

A seu turno, a custódia provisória **somente se sustenta quando**, presentes os requisitos constantes do art. 312 do CPP, se revelarem **inadequadas ou insuficientes** as medidas cautelares diversas da prisão.

Na espécie, verifico que o Juízo singular embasou sua decisão em elementos concretos e idôneos – apreensão de certa quantidade de drogas (**100 g de crack**) –, mas não demonstrou, satisfatoriamente, a insuficiência de outras medidas menos gravosas que a preventiva. Isso porque, **entendo** que a quantidade de droga encontrada em poder do paciente **não tem o condão de, isoladamente, indicar a prática habitual do comércio de entorpecentes pelo investigado**, e, por conseguinte, justificar a sua custódia provisória.

**Entendo, portanto, que os elementos apresentados, por si sós, não servem para denotar a periculosidade exacerbada do investigado na traficância, a ponto de justificar o emprego da cautela máxima.** Assim, as circunstâncias apresentadas, isoladamente, não poderiam

ensajar a imposição da prisão preventiva, se outras medidas menos invasivas se mostram suficientes e idôneas para os fins cautelares, especialmente para o objetivo de evitar a prática de novas infrações penais (art. 282, I, CPP).

Ao considerar, então, que o delito não envolveu violência ou grave ameaça contra pessoa e avaliar as situações em que perpetrado o suposto crime em questão, reputo cabível a concessão da ordem.

Apesar da reprovabilidade social do comportamento atribuído ao paciente – a ensajar-lhe, se demonstrada a imputação, correspondente e proporcional sancionamento penal –, **considero ser suficiente e adequada, na hipótese, a substituição da prisão preventiva por outras medidas cautelares** a ela alternativas.

É plenamente possível que, embora presentes os motivos ou os requisitos que tornariam cabível a prisão preventiva, o juiz – **à luz do princípio da proporcionalidade e das novas alternativas fornecidas pela Lei n. 12.403/2011** – considere a opção por uma ou mais das medidas indicadas no art. 319 do Código de Processo Penal o meio suficiente e adequado para obter o mesmo resultado – a proteção do bem jurídico sob ameaça – de forma menos gravosa.

Tal opção judicial produzirá o mesmo resultado cautelar – no caso em exame, evitar a prática de novos crimes, de maneira a proteger a ordem pública – **sem a necessidade de suprimir, de modo absoluto, a liberdade de locomoção do acusado**, notadamente porque os delitos a ele atribuídos não envolveram violência ou grave ameaça contra pessoa.

Ilustrativamente:

[...]

1. A manutenção da medida extrema somente se justifica se outras providências cautelares pessoais, com igual eficácia e adequação, não forem aptas a afastar o *periculum libertatis* (art. 282 do Código de Processo Penal).

2. É plenamente possível que, embora presentes os motivos ou os requisitos que tornariam cabível a prisão preventiva, o juiz – à luz do princípio da proporcionalidade e das novas alternativas fornecidas pela Lei n. 12.403/2011 – considere a opção por uma ou mais das medidas indicadas no art. 319 do Código de Processo Penal o meio suficiente e adequado para obter o

mesmo resultado – a proteção do bem jurídico sob ameaça – de forma menos gravosa.

3. Os fatos de o acusado não ostentar antecedentes criminais, de haver sido apreendido com reduzida quantidade de drogas, de o delito não haver envolvido violência ou grave ameaça contra pessoa e de não haver notícias concretas de reiteração criminosa evidenciam que as medidas cautelares alternativas produzirão o mesmo resultado cautelar – a proteção da ordem pública – sem a necessidade de suprimir, de modo absoluto, a liberdade de locomoção do acusado.

4. Ordem concedida, para substituir a prisão preventiva do paciente por medidas cautelares alternativas, nos termos do voto do relator.

(HC n. 390.080/SP, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 26/6/2017, destaquei)

Verifico a possibilidade de aplicação do art. 580 do CPP, uma vez que o fundamento do *decisum* é de **natureza objetiva** (falta de cautelaridade da medida extrema) e aproveita ao corréu **Romeci Fonseca Machado**, também preso em flagrante por força do mesmo decreto preventivo, com idêntica motivação.

Assim, as circunstâncias apresentadas, por si sós, não poderiam ensejar a imposição da prisão preventiva, se outras medidas menos invasivas se mostram suficientes e idôneas para os fins cautelares, especialmente para o objetivo de evitar a prática de novas infrações penais (art. 282, I, CPP).

Conforme dito nas decisões anteriores, tendo em vista que os delitos não envolveram violência ou grave ameaça contra pessoa e, avaliando as circunstâncias em que perpetrados os supostos crimes em questão, **entendo cabível a extensão da concessão da ordem ao referido corréu.**

### **III. Excepcionalidade momentânea**

Ante a **crise mundial do coronavírus** e, especialmente, a **iminente gravidade do quadro nacional**, intervenções e atitudes mais ousadas são demandadas das autoridades, inclusive do Poder Judiciário.

Assim, reputo que, na atual situação, **salvo necessidade inarredável da segregação preventiva** – mormente casos de crimes cometidos com **particular violência** –, a envolver acusado de **especial e**

**evidente periculosidade** ou que se comporte de modo a, claramente, denotar **risco de fuga** ou de **destruição de provas e/ou ameaça a testemunhas**, o exame da necessidade da manutenção da medida mais gravosa deve ser feito com outro olhar.

A **prisão ante tempus** é o **último recurso** a ser utilizado neste momento de adversidade, com notícia de suspensão de visitas e isolamentos de internos, de forma a preservar a saúde de todos.

Esse pensamento, aliás, está em conformidade com a recente **Recomendação n. 62/2020 do CNJ**, que prescreve (destaques no original e acrescidos):

[...] **CONSIDERANDO a declaração pública** de situação de **pandemia** em relação ao **novo coronavírus** pela **Organização Mundial da Saúde – OMS**, em 11 de março de 2020, assim como a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional da Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, da mesma OMS, a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN veiculada pela Portaria n. 188/GM/MS, em 4 de fevereiro de 2020, e o previsto na **Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**, que dispõe sobre as **medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública** de importância internacional decorrente do novo coronavírus;

[...] **CONSIDERANDO** que a manutenção da **saúde das pessoas privadas de liberdade** é essencial à garantia da saúde coletiva e que um **cenário de contaminação em grande escala nos sistemas prisional e socioeducativo** produz **impactos significativos para a segurança e a saúde pública de toda a população**, extrapolando os limites internos dos estabelecimentos;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer **procedimentos e regras para fins de prevenção** à infecção e à propagação do novo coronavírus **particularmente em espaços de confinamento**, de modo a reduzir os riscos epidemiológicos de transmissão do vírus e preservar a saúde de agentes públicos, **pessoas privadas de liberdade** e visitantes, evitando-se contaminações de grande escala que possam sobrecarregar o sistema público de saúde;

**CONSIDERANDO** o alto índice de transmissibilidade do novo coronavírus e o **agravamento significativo do**

**risco de contágio em estabelecimentos prisionais e socioeducativos, tendo em vista fatores como a aglomeração de pessoas, a insalubridade dessas unidades, as dificuldades para garantia da observância dos procedimentos mínimos de higiene e isolamento rápido dos indivíduos sintomáticos, insuficiência de equipes de saúde, entre outros, características inerentes ao “estado de coisas inconstitucional” do sistema penitenciário brasileiro reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347;**

**CONSIDERANDO** a obrigação do Estado brasileiro de assegurar o **atendimento preventivo e curativo em saúde para pessoas privadas de liberdade**, compreendendo os direitos de serem informadas permanentemente sobre o seu estado de saúde, assistência à família, tratamento de saúde gratuito, bem como o pleno **respeito à dignidade, aos direitos humanos e às suas liberdades fundamentais**, nos termos da Constituição Federal de 1988, do artigo 14 da Lei de Execução Penal – LEP – Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, da Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014 – PNAISP, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, do artigo 60, da Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE – Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.082, de 23 de maio de 2014 – PNAISARI, além de compromissos internacionalmente assumidos; [...]

**RESOLVE:**

Art. 1º. **Recomendar aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos estabelecimentos do sistema prisional e do sistema socioeducativo.**

Parágrafo único. As recomendações têm como finalidades específicas:

**I – a proteção da vida e da saúde das pessoas privadas de liberdade, dos magistrados, e de todos os servidores e agentes públicos que integram o sistema de justiça penal, prisional e socioeducativo, sobretudo daqueles que integram o grupo de risco, tais como idosos, gestantes e pessoas com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras comorbidades preexistentes que**

possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfeções;

II – **redução dos fatores de propagação do vírus**, pela adoção de medidas sanitárias, redução de aglomerações nas unidades judiciárias, prisionais e socioeducativas, e restrição às interações físicas na realização de atos processuais; e

III – garantia da continuidade da prestação jurisdicional, observando-se os direitos e garantias individuais e o devido processo legal. [...]

Art. 4º. **Recomendar aos magistrados** com competência para a fase de conhecimento criminal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas:

[...] III – a **máxima excepcionalidade de novas ordens de prisão preventiva**, observado o protocolo das autoridades sanitárias. [...]

Apoiado nessas premissas, precipuamente em conformidade com os arts. 1º e 4º da Recomendação n. 62/2020 do CNJ – inclusive o conselho de "**suspensão do dever de apresentação periódica ao juízo** das pessoas em liberdade provisória" (art. 4º, II, grifei) –, constato ser **suficiente e adequado**, para atender às exigências cautelares do art. 282 do CPP, **impor ao réu** – independentemente de mais acurada avaliação do Juízo monocrático – as **providências alternativas positivadas no art. 319, IV e V, do CPP**.

#### **IV. Dispositivo**

À vista do exposto, **concedo a ordem** para substituir a prisão preventiva do ora paciente, com extensão dos efeitos ao referido corréu, nos termos do art. 580 do CPP, pelas seguintes medidas cautelares:

a) **proibição de ausentar-se da comarca** sem prévia autorização judicial;

b) **recolhimento domiciliar no período noturno**, cujos horários serão estabelecidos pelo Magistrado, sem prejuízo de outras providências que o prudente arbítrio do Juízo natural da causa indicar cabíveis e adequadas.

Alerte-se ao paciente que **a violação das medidas cautelares**



**importará o restabelecimento da prisão preventiva**, que poderá ser novamente aplicada se sobrevier situação que configure sua exigência.

Comunique-se, **com urgência**, o inteiro teor deste *decisum* ao Juízo singular e à autoridade apontada como coatora.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**